



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004118-60.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **FÁBIO HENRIQUE DE ASSIS**
 Requerido: **MUNICIPALIDADE DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Indenizatória ajuizada por **FÁBIO HENRIQUE DE ASSIS** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**. Sustenta que, no dia 14/02/2017, por volta das 21:00 horas, ao trafegar pela Avenida Francisco Pereira Lopes, sentido Shopping, ao passar por um buraco de grande extensão lá existente, teve as rodas e pneu de sua motocicleta danificados, gerando-lhe um prejuízo de R\$2.150,00, que pretende ver ressarcidos, em vista da atitude negligente do requerido.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/24.

Citado, o Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 31/40), aduzindo que quando se trata de suposta omissão por parte do poder público, não se aplicando a teoria da responsabilidade objetiva, mas sim a responsabilidade subjetiva e que deve estar comprovado o nexo causal, o que não acontece no presente caso. Alega, ainda, que buraco em via pública nesta cidade é de conhecimento geral, não havendo demonstração nos autos de que o autor ficou impedido de qualquer manobra para evitá-lo ou que teve a sua visão prejudicada. Alega, ainda, culpa exclusiva da vítima e que não há direito ao ressarcimento pelo danos no veículo. Requer a improcedência do pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

O pedido merece acolhimento.

No presente caso, a argumentação do autor é baseada na omissão do serviço público, de modo que nesta hipótese cabe somente a responsabilidade subjetiva do Estado.

Neste sentido:

1004118-60.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“Quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficientemente) é de aplicar-se a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de, Curso de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009, pp. 1002-1003).

Sendo assim, para a configuração da responsabilidade administrativa prevista no art. 37, §6º da Constituição Federal, é necessária a demonstração de três elementos, a saber: a) conduta; b) dano e c) nexa causal entre os precedentes.

Pois bem.

A existência do buraco na via pública municipal é incontroversa, pois, além de não negada pela municipalidade, foi demonstrada pelas fotografias e documentos juntados aos autos.

Os acidentes de trânsito decorrente de irregularidade no solo asfáltico (no caso dos autos, havia um buraco na rua) poderiam ser atenuados se o poder público cumprisse com sua obrigação de manter e sinalizar as ruas e avenidas e a devida conservação do asfalto. O município é o responsável pela manutenção, conservação e fiscalização das condições das vias públicas municipais, de forma a garantir a segurança e integridade física da população ou, ao menos, na sinalização, alertando a existência de irregularidades evitando, assim, acidentes.

No caso em questão, os documentos colacionados aos autos são claros em demonstrar a conduta omissiva do Município de São Carlos quanto à manutenção e conservação das vias públicas que administra, motivo pelo qual, quando do sinistro, era de sua responsabilidade as providências necessárias para prevenção de possíveis buracos que surgissem na via.

Sobre o tema em questão, vejamos: "RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.ACIDENTE DECORRENTE DE EXISTÊNCIA DE BURACO NA RUA E AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO. OMISSÃO ESTATAL PRESENÇA DE PROVAS. 1. Na responsabilidade estatal por omissão, ou "faute du service" imperiosa a prova da culpa do Poder Público inaplicabilidade do artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal à hipótese.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2. Comprovação da culpa anônima e do nexo causal entre a omissão de sinalização, a falta de manutenção adequada da via pública e o acidente automobilístico. Presentes os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil pela "faute du sevice". Sentença mantida. Recurso desprovido. (TJSP. Processo: Apelação nº 00020292420128260383SP 0002029-24.2012.8.26.0383. órgão julgador: 5ª Câmara de Direito Público. Publicação: 29/04/2015. Julgamento: 27 de Abril de 2015. Relator: Nogueira Diefenthaler).

No caso dos autos, restou comprovada a culpa do requerido, Município de São Carlos, ao não tomar as precauções necessárias para a manutenção do asfalto de qualidade sob sua administração, imputando-se a ele a responsabilidade pelo evento danoso, demonstrado o nexo causal e sua conduta.

Pretende o autor a percepção de R\$ 2.150,00, assim compreendidos: R\$ 150,00 para pagamento do serviço de guincho da motocicleta; R\$450 para aquisição de um novo pneu; R\$50,00 para serviço de balanceamento do pneu da motocicleta, além de R\$1.500,00 para os serviços descritos às fls. 22.

Tais valores encontram-se devidamente comprovados nos autos, fls.19/22, não havendo razão para que se repute inidônea a documentação apresentada como forma de comprová-los, inclusive porque condizentes com a dinâmica dos fatos apresentada, e comprovada, pelo autor nos autos.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido e CONDENO o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinquenta reais). A atualização monetária seguirá a Tabela do TJSP para débitos da Fazenda Pública Modulada e os juros moratórios serão os da Lei nº 11.960/09 (juros aplicados à caderneta de poupança), ambos desde a data do evento (14/02/2017).

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 12 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**